



Rede Sol

Distribuidora de combustíveis



Demonstrações
Contábeis

2025

Relatório de administração

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Mensagem da Diretoria

O ano de 2025 foi um período desafiador e transformador para a Rede Sol Distribuidora. A volatilidade dos mercados globais e as mudanças nas dinâmicas de consumo nos colocaram diante de um cenário desafiador. Contudo, nosso compromisso com eficiência operacional, inovação e sustentabilidade nos permitiu superar esses desafios e registrar resultados expressivos.

Os destaques incluem:

- Receita Bruta de Combustíveis em 2025: **R\$1.195.547** (Um bilhão, cento e noventa e cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil reais)
- EBITDA em 2025: **R\$37.058** (Trinta e sete milhões e cinquenta e oito mil reais).

A estratégia adotada focou em fortalecer nossa eficiência interna, consolidar nosso relacionamento com os clientes e expandir nosso portfólio de produtos principalmente relacionados a aviação e marítimo.

Adicionalmente a Rede Sol apresentou os seguintes índices financeiros em comparação com o exercício anterior:

Índice	2025	2024	Meta
Índice de Liquidez Corrente (LC)	5,45	3,36	> 1,00
Índice de Liquidez Geral (LG)	3,17	2,31	> 1,00
Índice de Solvência Geral (SG)	5,28	3,92	> 1,00
Endividamento Geral (EG)	0,19	0,26	< 1,00
Grau de Endividamento (GE)	0,40	0,92	< 1,00

Vale destacar que o ano de 2025 teve a operação Carbono oculto o qual foi uma investigação de caráter público e repressivo, iniciada em 28 de agosto de 2025 por uma força-tarefa composta pela Polícia Federal do Brasil, Receita Federal, Ministério Público do Estado de São Paulo e demais órgãos parceiros, com o objetivo de desarticular um sofisticado esquema de fraudes fiscais, lavagem de dinheiro e utilização de estruturas financeiras e empresariais com indícios de controle por organização criminosa no setor de combustíveis e segmentos correlatos.

A investigação abrangeu atividades que vão da importação, produção, distribuição e comercialização de combustíveis até a circulação de recursos por meio de instituições financeiras paralelas, fintechs e fundos de investimento, com movimentações estimadas na casa de dezenas de bilhões de reais entre os anos de 2020 a 2024 e cumprimento de centenas de mandados judiciais em múltiplos estados da Federação Brasileira, visando o bloqueio de ativos, a colheita de provas e a responsabilização dos envolvidos nos supostos ilícitos.

Importa registrar que a Operação "Carbono Oculto" é um procedimento investigativo em curso e não constitui, por si só, presunção de impropriedade contábil ou tributária de terceiros não formalmente vinculados ao esquema, cuja análise específica referente a Rede Sol Fuel Distribuidora S.A. será objeto das próximas seções deste Relatório de Administração.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo comprometimento e aos nossos parceiros e clientes pela confiança contínua. Estamos determinados a continuar entregando resultados consistentes e sustentáveis, alinhados aos valores que regem a Rede Sol Distribuidora.

2. Perspectivas de Mercado para o Setor de Combustíveis - Exercício de 2026

Panorama de Demanda e Consumo no Brasil

As projeções de curto prazo indicam um crescimento moderado na demanda por combustíveis líquidos no Brasil em 2026, com expectativa de expansão de cerca de 1,9% no consumo total, comparativamente a 2025, refletindo a retomada gradativa das atividades econômicas e logísticas no país. A demanda por diesel, em particular, tende a ser impulsionada por uma safra agrícola robusta e pelo fortalecimento da malha de transporte de cargas, podendo ultrapassar 72 bilhões de litros no horizonte de 2026.

Projeções mais específicas da StoneX apontam igualmente para crescimento da gasolina C, ainda que mais moderado, com impacto nas operações de revenda e na dinâmica de precificação dos derivados no Brasil.

Formação de Preços e Variáveis Macro tributárias

No Brasil, alterações recentes e vigentes em 2026 quanto à tributação sobre combustíveis – inclusive reajustes nas alíquotas do ICMS sobre gasolina, diesel e gás de cozinha – introduzem pressões adicionais sobre o preço final ao consumidor e podem repercutir nas margens de comercialização ao longo do exercício.

Adicionalmente, a volatilidade cambial e as oscilações nos preços internacionais do petróleo, com previsões de manutenção em patamares relativamente baixos no mercado global (próximo a US\$ 55 por barril de Brent), constituem fatores de risco que requerem monitoramento contínuo pelas empresas atuantes no setor.

Transformação Tecnológica e Modelos de Negócio

A modernização do varejo de combustíveis e da infraestrutura de postos é uma tendência consolidada em 2026, com crescente adoção de tecnologias de integração operacional, sistemas de automação, monitoramento em tempo real e análise de dados para suporte à tomada de decisão, mitigação de falhas e aprimoramento da produtividade nas operações diárias.

Além disso, a diversificação de serviços nos pontos de venda – como hubs multimodais de conveniência, áreas dedicadas a carregamento de veículos elétricos e serviços adjacentes ao abastecimento tradicional – representa não apenas uma resposta à mudança nos padrões de consumo, mas também uma estratégia de mitigação de riscos operacionais e de oferta de valor agregado.

Transição Energética e Combustíveis Sustentáveis

Embora os combustíveis fósseis permaneçam como componente dominante da matriz energética brasileira em 2026, há movimentos estruturais no sentido de ampliação do uso de biocombustíveis, com expectativa de contribuição significativa do biodiesel e do etanol à composição do consumo doméstico, favorecida por fatores produtivos (como safra agrícola) e maior competitividade de mercado.

Paralelamente, em âmbito global e setorial existe uma pressão crescente por inovação em combustíveis sustentáveis, incluindo alternativas como combustíveis de aviação sustentável (SAF) e derivados de menor intensidade de carbono, que podem impactar a competitividade e o perfil de oferta no médio prazo.

Desafios Regulatórios e de Compliance

O ambiente regulatório continuará em evidência em 2026, com ênfase em normas de rastreabilidade, controle ambiental e cumprimento de padrões de aferição e conformidade técnica, o que demanda investimentos contínuos em governança corporativa, sistemas de controle interno e adequação às exigências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e demais autoridades setoriais.

Esses desafios regulatórios se combinam com pressões por transparência fiscal e controles tributários mais rigorosos, reforçando a importância de sistemas robustos de compliance, monitoramento fiscal e reporte contábil conforme as melhores práticas normativas.

Riscos e Incertezas Estratégicas

O setor enfrenta incertezas que perpassam variáveis macroeconômicas (como a oscilação cambial e volatilidade do preço internacional do petróleo), dinâmicas de oferta e demanda globais e a aceleração da transição energética mundial, com implicações diretas na competitividade de combustíveis fósseis diante de alternativas de menor emissão.

Adicionalmente, a continuidade de políticas públicas e incentivos relacionados à transição energética, bem como a evolução tecnológica em transportes de baixa emissão, podem representar tanto riscos como oportunidades para empresas que atuam no segmento de combustíveis convencionais e renováveis.

3. Preparação da Rede Sol para Atingir seus Objetivos no Exercício de 2026

Diante do cenário prospectivo para o setor de combustíveis em 2026 – caracterizado por moderação no crescimento de demanda, maior intervenção regulatória, intensificação da transição energética e necessidade de adaptação tecnológica – a **Rede Sol tem implementado um conjunto de diretrizes estratégicas, operacionais e de governança** que visam assegurar a consecução de seus objetivos corporativos, mantendo a sustentabilidade e competitividade de suas operações.

Fortalecimento da Governança e Compliance Operacional

A administração da Rede Sol consolidou, ao longo de 2025, **mecanismos robustos de governança corporativa e controles internos**, com foco específico em:

- aprimoramento dos **procedimentos de conformidade fiscal, regulatória e tributária**, nivelados às exigências da ANP e demais órgãos reguladores, reforçando a aderência às melhores práticas setoriais;
- desenvolvimento contínuo de **plano de monitoramento de riscos regulatórios e de mercado**, contemplando inspeções, auditorias internas e revisões periódicas das práticas operacionais;
- intensificação do **controle de integridade e transparência das operações comerciais**, incluindo aprimoramentos nos processos de registro, rastreamento de ativos e reporte de informações financeiras.

Tais iniciativas têm por objetivo mitigar o risco de não conformidades, otimizar a qualidade de informações corporativas e fortalecer a confiança dos stakeholders na condução dos negócios.

Eficiência Operacional e Competitividade

No plano operacional, a Rede Sol tem dedicado esforços à **modernização de sua infraestrutura e processos**, com foco em:

- **automação de sistemas de gestão e operação de ativos**, incorporando tecnologias digitais que promovem a redução de custos operacionais, maior acurácia nos processos logísticos e aceleração dos ciclos de resposta às variações de mercado;
- **otimização da cadeia de abastecimento**, incluindo gestão de estoques, logística integrada e maior previsibilidade de demanda, alinhada às projeções setoriais de consumo em 2026;
- implementação de métricas de desempenho operacional que possibilitam maior visibilidade sobre eficiência, custos unitários e geração de valor nas diferentes frentes de atuação da Companhia.

Essas ações asseguram que a Rede Sol possa responder de forma ágil e eficaz às condições dinâmicas do mercado de combustíveis, preservando margens operacionais sustentáveis mesmo em ambientes de volatilidade de preços.

Atuação Estratégica em Transição Energética

Considerando a intensificação da **transição energética e as oportunidades relacionadas a biocombustíveis e combustíveis de baixo carbono**, a Rede Sol estruturou iniciativas que incluem:

- avaliação contínua de **oportunidades de integração de biocombustíveis à sua oferta**, em consonância com as tendências prospectivas de expansão de misturas obrigatórias e incentivos regulatórios para moléculas renováveis;
- desenvolvimento de capacidades internas de análise de **combustíveis sustentáveis e alternativas energéticas**, visando posicionar a Companhia em segmentos emergentes do mercado;
- acompanhamento regulatório sobre prazos e exigências para mandatos de mistura e novos programas de descarbonização, de modo a permitir respostas estratégicas antecipadas.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Rede Sol com a sustentabilidade de suas operações e com a adaptação a uma matriz energética em transformação.

Fortalecimento Comercial e Relacionamento com Clientes

A Rede Sol estabeleceu diretrizes comerciais focadas em:

- **fortalecimento de relações contratuais e de longo prazo com clientes estratégicos**, assegurando previsibilidade de demanda e estabilidade de receita;
- diversificação de serviços agregados ao portfólio convencional de combustíveis, com oferta de soluções que aumentam o valor agregado para o cliente final;
- iniciativas de fidelização e inteligência comercial baseadas em dados, direcionadas ao crescimento contínuo da participação da Companhia em seus mercados de atuação.

Tais ações visam não apenas atender às necessidades atuais de consumo, mas também antecipar demandas futuras em um ambiente de intensificação da competição e mudanças nos perfis de consumo.

Capacidade de Adaptação a Regulamentações e Fiscalizações

Em reconhecimento ao aumento das ações de fiscalização e regulação previstas para 2026, inclusive no âmbito da ANP, a Rede Sol consolidou programas internos de conformidade e adequação que garantem:

- conformidade estrita com os requisitos técnicos, de segurança operacional e ambientais aplicáveis às atividades de distribuição e comercialização;
- atualização contínua frente às diretrizes regulatórias, inspeções programadas e requisitos de reporte;
- integração das áreas jurídica, contábil, tributária e de compliance para manutenção de um quadro de **rigor regulatório responsável e sustentável**.

Em síntese, com base nas ações e estratégias delineadas, a **Rede Sol está estruturada de maneira compatível com o cenário setorial previsto para 2026**, contando com uma base sólida de governança, eficiência operacional, adaptação regulatória e iniciativas para atender às demandas de um mercado em transformação. A administração considera que esse conjunto de medidas proporciona uma base resiliente para o cumprimento dos objetivos corporativos, a mitigação de riscos e a geração sustentável de valor para seus acionistas e demais stakeholders ao longo do exercício.

4. Operação “Carbono Oculto” - Esclarecimentos da Administração

No curso do exercício, a **Rede Sol Fuel Distribuidora S.A.** foi mencionada em procedimento investigatório conduzido por autoridades competentes no âmbito da denominada **Operação “Carbono Oculto”**. A Companhia esclarece que **não figura como investigada por prática de atos ilícitos**, tampouco lhe foi imputada qualquer conduta irregular de natureza penal, societária, fiscal ou regulatória.

Desde o início, a Rede Sol vem sendo **assessorada de forma contínua e especializada por sua equipe jurídica interna**, bem como por **três escritórios de advocacia de reconhecido renome nacional**, que atuam de maneira coordenada na análise técnica dos fatos, na condução da estratégia jurídica e na interlocução institucional com as autoridades competentes, assegurando rigor técnico, consistência argumentativa e plena observância ao devido processo legal.

No âmbito da manifestação apresentada, foram prestados **amplios e consistentes esclarecimentos**, acompanhados de documentação robusta e verificável, demonstrando que **todas as transações realizadas pela Rede Sol possuem lastro econômico, documental e contábil**, decorrem de operações efetivas e **plenamente lícitas**, e encontram-se devidamente registradas em seus sistemas contábeis e financeiros. Os fluxos financeiros da Companhia são **integralmente rastreáveis**, refletidos em números contábeis auditados, não se verificando qualquer mecanismo de ocultação patrimonial, simulação de operações ou dissimulação de titularidade de ativos .

A Administração esclarece, ainda, que a **Rede Sol é integralmente adimplente com suas obrigações tributárias**, mantendo regularidade fiscal perante os entes federativos e cumprindo rigorosamente o recolhimento dos tributos incidentes sobre suas operações. A Companhia **não adota, nem jamais adotou, a inadimplência tributária como modelo de negócio**, tampouco se enquadra em práticas associadas à figura de “devedor contumaz”, operando de forma responsável e alinhada aos princípios da legalidade fiscal e da concorrência leal no setor de combustíveis.

Adicionalmente, a Rede Sol mantém **estrutura consolidada de controles internos e área de compliance plenamente operacional**, integrada às funções contábil, fiscal, jurídica e de auditoria interna, com políticas formais de integridade, gestão de riscos, prevenção a ilícitos e monitoramento contínuo das operações. Esses mecanismos asseguram a **confiabilidade das informações financeiras, a integridade dos processos**

operacionais e a estrita aderência às normas regulatórias, especialmente aquelas aplicáveis ao setor de distribuição de combustíveis.

Diante do conjunto de informações, documentos e esclarecimentos apresentados, a **Administração da Rede Sol avalia, com elevado grau de segurança**, que os fatos objeto do referido procedimento **não geram impactos patrimoniais, operacionais, financeiros ou de continuidade** para a Companhia. A Administração permanece confiante no adequado desfecho das apurações, reafirmando seu compromisso com a transparência, a governança corporativa e a cooperação institucional, acompanhando o tema de forma diligente e responsável.

A Administração da Rede Sol Fuel Distribuidora S/A permanece comprometida com a geração de valor para seus acionistas, investidores e demais partes interessadas, mantendo o foco no crescimento sustentável e na busca de resultados consistentes em um ambiente setorial cada vez mais competitivo.

Atenciosamente,



Leonardo Abreu de Souza

Diretor de RI e Controladoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Rede Sol Fuel Distribuidora S/A
Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Rede Sol Fuel Distribuidora S/A** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Rede Sol Fuel Distribuidora S/A** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Operação “carbono oculto”

Conforme mencionado na nota explicativa 27, item d), a Companhia foi citada em procedimento investigatório conduzido por autoridades competentes no âmbito da denominada operação “Carbono Oculto”. A administração da Companhia entende que mantém estrutura consolidada de controles internos e área de compliance plenamente operacional, assegurando a confiabilidade das informações financeiras, a integridade dos processos operacionais e a aderência às normas regulatórias, e avalia que os fatos objetos do referido procedimento não geram impactos patrimoniais, operacionais, financeiros e de continuidade.

Partes relacionadas

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, a Companhia possui transações significativas com partes relacionadas, cujos resultados financeiros poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu o relatório de auditoria datado de 28 de fevereiro de 2025, com opinião sem modificação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 04 de fevereiro de 2026.

CND CONAUD - AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2SP022311/O-8


Luiz Cláudio Gaona Granados
Contador CRC 1SP118.402/O-3

Rede Sol Fuel Distribuidora S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.384	3.729
Contas a receber	5	61.879	57.178
Estoques	6	25.443	35.575
Tributos a recuperar	7	10.874	11.404
Adiantamentos	8	15.397	19.282
Outros ativos	-	226	633
Total do ativo circulante		128.203	127.801
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	27	2.873	2.623
Partes relacionadas	9	521	1.526
Impostos diferidos	19	3.997	3.997
Tributos a recuperar	7	3.337	3.333
Outros ativos	-	978	991
		11.706	12.470
Direito de uso de arrendamento	10	-	-
Imobilizado	11	93.056	97.462
Total do ativo não circulante		104.762	109.932
Total do ativo		232.965	237.733

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Sol Fuel Distribuidora S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	12	2.505	16.788
Empréstimos e financiamentos	13	46.456	89.049
Obrigações tributárias	15	452	647
Parcelamentos tributários	16	984	871
Obrigações trabalhistas	17	1.798	1.877
Adiantamentos de clientes	14	1.298	3.965
Outras contas a pagar	18	-	3.220
Total do passivo circulante		53.493	116.417
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	55.952	40.248
Parcelamentos tributários	16	410	1.337
Adiantamentos de clientes	14	12.694	12.694
Impostos diferidos	19	1.331	1.393
Total do passivo não circulante		70.387	55.672
Patrimônio líquido			
Capital social	20.a	105.592	61.361
Reserva legal	20.b	863	1.605
Ajustes de avaliação patrimonial	20.c	2.630	2.678
Total do patrimônio líquido		109.085	65.644
Total do passivo e patrimônio líquido		232.965	237.733

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Sol Fuel Distribuidora S/A

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	21	1.165.301	1.415.797
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(1.053.505)	(1.300.717)
Lucro bruto		111.796	115.080
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas gerais	23	(16.092)	(19.327)
Despesas vendas	23	(7.736)	(5.497)
Despesas frota	23	(37.766)	(38.021)
Despesas operações	23	(16.996)	(27.071)
Despesas tributárias	23	(1.190)	(1.514)
Despesas depreciação	23	(10.880)	(10.317)
Outras receitas e despesas operacionais	24	5.042	15.012
		(85.618)	(86.735)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		26.178	28.345
Resultado financeiro	25	(20.874)	(30.716)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.304	(2.371)
Imposto sobre resultado corrente	26	(1.556)	(2.479)
Imposto sobre resultado diferido	19	63	-
Resultado líquido do exercício		3.811	(4.850)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Sol Fuel Distribuidora S/A

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	3.811	(4.850)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	3.811	(4.850)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Sol Fuel Distribuidora S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva para expansão	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.361	1.916	4.414	2.839	-	70.530
Realização custo atribuído	-	-	-	(229)	229	-
Realização tributos diferidos	-	-	-	68	(104)	(36)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(4.850)	(4.850)
Reversão reserva para expansão	-	-	(4.414)	-	4.414	-
Reversão reserva legal	-	(311)	-	-	311	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.361	1.605	-	2.678	-	65.644
Aumento de capital	44.231	-	-	-	-	44.231
Realização custo atribuído	-	-	-	(116)	67	(49)
Realização tributos diferidos	-	-	-	68	(68)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	3.811	3.811
Constituição Reserva para expansão	-	191	-	-	(191)	-
Dividendos distribuídos	-	(933)	-	-	(3.619)	(4.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	105.592	863	-	2.630	-	109.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Sol Fuel Distribuidora S/A
Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		3.811	(4.850)
Ajustes para reconciliar			
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	5.c / 8	(5.557)	715
Depreciações ativo imobilizado	11.a/b	10.880	10.483
Juros provisionados de empréstimos	13.b	5.094	2.673
Custo residual dos bens do ativo imobilizado baixado	11.a/b	2.047	623
Resultado do exercício ajustado		16.275	9.644
Contas a receber de clientes	5	856	(5.230)
Estoques	6	10.132	6.109
Tributos a recuperar	7	530	(2.581)
Adiantamentos	8	3.885	(13.821)
Depósitos judiciais	27	(250)	(354)
Tributos a recuperar	7	(2)	3.333
Outros ativos	-	420	(1.485)
Fornecedores	12	(14.283)	12.873
Obrigações trabalhistas	17	(79)	399
Obrigações tributárias	15	(257)	323
Parcelamentos tributários	16	(814)	(5.282)
Adiantamentos de clientes	14	(2.667)	(4.588)
Outras contas a pagar	18	(3.220)	(6.607)
Caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		10.526	(13.933)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens do imobilizado	11.a	(8.521)	(25.499)
Baixa intangível	-	-	6
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(8.521)	(25.493)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos financiamentos	13.b	(31.983)	37.136
Partes relacionadas	9	954	(626)
Baixa de arrendamentos	18	-	595
Dividendos	20.e	(4.552)	(9.656)
Aumento de capital	20.e	44.231	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		8.650	27.449
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		10.655	(11.977)
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial	4	3.729	15.706
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final	4	14.384	3.729
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		10.655	(11.977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

1.1. Atividades operacionais

A Rede Sol Fuel Distribuidora S/A (Companhia) atua preponderantemente no ramo de comércio, transporte e distribuição no atacado de álcool carburante, gasolina automotiva, óleo diesel, biodiesel, querosene, gasolina para aviação, óleos combustíveis de altos e baixos teores de enxofre e viscosidade, óleos lubrificantes automotivos e industriais, graxas, óleo queimado e demais derivados de petróleo, exceto a atividade de transporte revendedor retalhista.

A Companhia foi constituída em 30 de novembro de 1998, como Rede Sol Fuel Distribuidora Ltda e transformada em sociedade anônima de capital fechado em 02 de maio de 2011 com sua sede localizada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

1.2. Atuação geográfica

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía 12 (doze) filiais nas seguintes localidades: (PARA)

Estado	Município
São Paulo	Ribeirão preto (matriz)
São Paulo	Jardinópolis
São Paulo	Paulínia
São Paulo	Guarulhos
Santa Catarina	Biguaçu
Goiás	Senador Canedo
Bahia	Itabuna
Minas Gerais	Passos
Mato Grosso	Várzea grande
Paraná	Araucária
Rio de Janeiro	Duque de Caxias
Maranhão	São Luis
Tocantins	Gurupi
Pará	Novo progresso

Além das localidades mencionadas acima a Companhia possui permissões para atuar no estado do Rio Grande do Sul, Amapá, e no Distrito Federal. Para o combustível de aviação possui a permissão para atuar em todo o território nacional e internacional.

A Companhia também conta com 25 (vinte e cinco) áreas concessionadas para o armazenamento de combustíveis.

2. Bases de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09) e estão de acordo os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis. em 28 de fevereiro de 2025.

2.1. Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, é o real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

a) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação são:

- Perdas de crédito esperadas;
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível;
- *Impairment* de ativo imobilizado e intangível;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Processos judiciais, administrativos e contingências; e
- Provisão para créditos de descarbonização.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão mensuradas ao custo amortizado.

As contas a receber, que não atendem ao critério de recebimento de principal e juros, são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, destacando-se as vendas com prazo de recebimento acima de 30 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita.

Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desconsiderados do contas a receber da Companhia. Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

O valor das perdas é apurado por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica e considerando os segmentos operacionais dos clientes.

e) Estoques

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Os estoques de derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

Todos os ajustes de temperatura e variações apontadas de cargas e descargas estão demonstrados nas contas do resultado.

f) Tributos ativos e passivos correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações contábeis e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção resultante das medidas de redução da emissão de gás carbônico.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os clientes. As taxas das depreciações praticadas pela Companhia são:

- **Edificações:** 4% ao ano;
- **Máquinas equipamentos:** 10% ao ano;
- **Equipamentos de informática:** 20% ao ano;
- **Veículos:** 20% ao ano.

A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis. Em 2025, a Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos imobilizados, tendo como base a avaliação da administração, e não foi identificada alteração na vida útil de seus ativos fixos.

i) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os Créditos de Descarbonização (CBIOs) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível e não são amortizados. Estes ativos podem ser negociados e são utilizados para a liquidação da provisão de CBIOs constituída.

j) Direito de uso

A Companhia reconhece o ativo de direito de uso na data de início do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento ou durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

m) Reconhecimento da receita

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente:

- Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.
- A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho.

A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

n) Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

Descrição	2025	2024
Caixa e bancos		42
Aplicações financeiras (i)	14.384	3.687
Total	14.384	3.729

(i) As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros, e a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de bancos de primeira linha com rendimento médio de 105% do CDI. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. Adicionalmente a Companhia possui um saldo de Títulos de capitalização o qual também, é resgatável a qualquer momento.

5. Contas a receber, líquidas

a) Composição

Descrição	2025	2024
Contas a receber (i)	62.800	63.656
(-) PCLD	(920)	(6.478)
(-) AVP	-	-
Total	61.879	57.178

(i) Em 31/12/2025 a Companhia não apresentou saldos a receber dos quais foram adquiridos pelo fundo FIDC Cred Facile. Adicionalmente as operações de compras de carteira da Rede Sol foram suspensas a partir de agosto de 2025. No entanto entre janeiro e agosto de 2025 foram adquiridos R\$ 83.887 de saldos a receber das quais em 31/12/2025 foram integralmente liquidados (No exercício de 2024 foram adquiridos pelo fundo um valor total de R\$ 730.843).

b) Composição por idade de vencimento

Composição por idade de vencimento de contas a receber, bruto da provisão para crédito de liquidação duvidosa, 31 de dezembro de 2025:

Descrição	2025	2024
Vencidos (i)	25.476	23.628
A vencer até 30 dias	37.324	40.028
Total	62.800	63.656

(i) Em períodos subsequentes os saldos vencidos apresentaram um valor de R\$ 13.752 (R\$ 9.368 em 2024) o qual corresponde a basicamente contas a receber junto a órgãos públicos que se encontram em fase de cobrança jurídica com os assessores jurídicos internos da Companhia. Adicionalmente os processos de

cobrança judicial vem tendo resultados positivos para a Rede Sol visto que estão sendo emitidos pelos órgãos governamentais cartas de precatórios sobre os valores pendentes.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2025	2024
Saldo Inicial	(6.478)	(5.763)
(+) Adição	-	(715)
(-) Reversão/baixa (i)	5.557	-
Total	(920)	(6.478)

(i) Até o exercício de 2024 a Companhia usava o critério fiscal como política de PCLD, no entanto a Administração reavaliou essa política e concluiu que é uma metodologia fora da realidade, pois grande parte dos saldos vencidos a longo prazo são entes públicos das quais estão em processos judiciais e precatórios e de acordo com artigo 100 da Constituição Federal estabelece o regime jurídico dos precatórios, dispondo que os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estadual, Distrital e Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015 em seu Art. 509 - Liquidação da sentença menciona que quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação.

6. Estoques

a) Composição

Descrição	2025	2024
Gasolina (i)	7.547	8.738
Óleo Diesel (i)	7.544	18.399
Gasolina Aviação e QAV	3.667	1.809
Etanol hidratado	709	760
Etanol anidro	996	956
Biodiesel	2.507	3.737
Outros	2.473	1.176
Total	25.443	35.575

(i) Em 2024 a Rede Sol apresentou um saldo remanescente de 573 m3 no valor de R\$ 3.255 junto a base COPAPE o qual foi alvo de uma operação junto aos órgãos reguladores (ANP), assim resultando em sua suspensão e bloqueio para operar. No entanto a Companhia possui saldos em haver o qual o caso está sendo acompanhado pelos assessores jurídicos externos.

7. Tributos a recuperar

a) Composição

Descrição	2025	2024
ICMS a recuperar (i)	12.039	10.964
IRRF a recuperar	-	3
Demais impostos	1.187	952
PIS e Cofins a recuperar	935	971
IRPJ a recuperar	50	1.440
CSSL a recuperar	-	407
Total	14.211	14.737
Circulante	10.874	11.404
Não circulante	3.337	3.333

(i) ICMS a recuperar: para as contas de ICMS a recuperar temos três principais valores descritos a seguir. Adicionalmente todos os créditos possuem processos administrativos que estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos internos e externos:

a) Crédito referente à venda de Diesel para o cliente Metrobus que possui isenção fiscal de ICMS por se tratar de uma empresa de transporte público conforme previsto no inciso CXLIII do art. 6º do Anexo IX do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997 e Convênio ICMS nº 21, de 14 de abril de 2023. Mas a Rede Sol comprou os produtos sob o regime monofásico junto a Petrobrás, ou seja, gerando um crédito acumulado.

b) Crédito referente ao parcelamento de ICMS MG referente a diferença de alíquota não recolhida na venda de etanol Hidratado o qual o valor pago pela Companhia no montante de R \$8.640 mil que vem sendo incorporado com o ICMS a recuperar. No entanto em 2024 através da Anistia fiscal fora realizado o pagamento integral com desconto do parcelamento passivo o qual gerou um crédito relevante de ICMS.

c) Crédito referente a venda de Diesel para o cliente Mobi Rio que possui isenção fiscal de ICMS de 6%, conforme Resolução Sefaz nº 669 de 05 de setembro de 2013, bem com a Resolução Sefaz nº 405 de 28 de junho de 2022, ambas em conformidade com o Decreto nº 45.231 de 15 de abril de 2015 (Resolução Sefaz nº 886 de 15 de abril de 2015). O qual a Rede Sol pagou 12% junto à Petrobrás, assim pleiteando a restituição de ICMS de 6% (diferença).

d) Crédito referente a venda de combustível para a PM RJ o qual segundo o edital os mesmos são beneficiários do imposto, assim quando é realizado a compra com o ICMS monofásico os valores são apurados pela Companhia e ressarcidos pela Refinaria que é a Petrobrás.

8. Adiantamentos

a) Composição adiantamentos

Descrição	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	24.987	22.358
Adiantamentos a acionistas (ii) - Nota 9 - Partes relacionadas	-	8.681
Créditos a receber Cred Facile (iii)	1.270	-
Outros adiantamentos	897	
(-) PCLD (i)	(11.757)	(11.757)
Total	15.397	19.282

(i) Referem-se a adiantamentos realizados pela empresa Biopetróleo que foram repassados ao fornecedor Petrozil com o intuito de fornecer combustível. O papel da Companhia na operação foi de armazenagem de combustível. No entanto por motivos operacionais o fornecedor não cumpriu a sua parte no acordo, e a empresa Biopetróleo abriu uma ação Judicial contra a Rede Sol. Os casos estão com os assessores jurídicos os quais alegam que a perda do processo é considerada remota, visto que a Rede Sol não possui nenhuma obrigação no fornecimento do combustível e sim como armazenadora. No entanto a realização da parte ativa envolvendo a operação depende do desfecho do processo, sendo assim até a conclusão do processo o saldo ativo seguirá provisionado.

(ii) Referem-se a adiantamentos de distribuições antecipadas realizadas a maior para os acionistas, das quais R\$ 5.000 serão devolvidos pela controladora e o restante no valor de R\$ 3.681 será objeto de redução dos lucros acumulados em períodos subsequentes.

(iii) Referem-se a saldos adquiridos na rede Sol pelo FIDC Cred Facile em maio de 2025 das quais não foram pagos pelo fundo, assim a expectativa da ADM é que tais valores sejam realizados no exercício de 2026 com a troca da ADM conforme solicitado pelo juiz da 07 vara de São Paulo.

9. Partes relacionadas

a) Composição Ativo

Descrição	2025	2024
WBN Empreend. e Part Ltda.	521	1.526
Total	521	1.526

b) Composição Passivo (Fornecedores)

Descrição	2025	2024
Megara Assessoria Ltda	-	5.000
Akires Assessoria Ltda	-	5.000
Total	-	10.000

c) Composição Resultado (Despesas Administrativas)

Descrição	2025	2024
Megara Assessoria Ltda	1.242	3.203
Akires Assessoria Ltda	1.142	3.532
Total	2.384	6.735

d) Distribuição antecipada a maior

Descrição	2025	2024
Adiantamentos aos acionistas (i)	-	8.681
Total	-	8.621

(i) Para os adiantamentos de distribuições antecipadas a mesma foi zerada no exercício de 2025 contra a conta de lucros acumulados visto que no exercício a Companhia apresentou um resultado positivo.

10. Direito de uso

a) Composição

Descrição	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	595
(+) Adições (novas estimativas)	-
(-) Depreciação	(595)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
(+) Adições (novas estimativas)	-
(-) Depreciação	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

Em 2024, a Companhia não apresentou nenhum contrato de arrendamento relevante a qual poderia ser considerado, assim não havendo a necessidade do registro de novos arrendamentos no exercício.

11. Imobilizado

a) Composição ativo imobilizado

Imobilizado custo	Terrenos (i)	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Em andamento	Adiantamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.900	3.163	16.523	101	42.574	19.017	6.549	94.827
(+) Adições	3.046	-	804	12	12.460	7.769	1.408	25.499
(-) Baixas	-	-	(5)	-	(2.588)	-	-	(2.593)
(+ -) Transferência	-	1.476	2.667	-	6.957	(4.143)	(6.957)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.946	4.639	19.989	113	59.403	22.643	1.000	117.733
(+) Adições	-	-	3.694	25	3.393	1.614	-	8.725
(-) Baixas	-	-	(10)	-	(6.205)	(51)	-	(6.266)
(+ -) Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.946	4.639	23.673	138	56.591	24.206	1.000	120.192

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Em andamento	Adiantamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(609)	(2.752)	(44)	(12.702)	-	-	(16.107)
(+) Adições	-	(185)	(1.608)	(18)	(8.470)	-	-	(10.281)
(-) Baixas	-	-	-	-	1.970	-	-	1.970
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(794)	(4.360)	(62)	(19.202)	-	-	(24.418)
(+) Adições	-	(218)	(2.002)	(23)	(8.604)	-	-	(10.847)
(-) Baixas	-	-	10	-	4.158	-	-	4.168
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(1.012)	(6.352)	(85)	(23.648)	-	-	(31.097)

Saldo líquido	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Em andamento	Adiantamentos	Total
31 de dezembro de 2024	9.946	3.845	15.629	51	40.201	22.643	1.000	93.315
31 de dezembro de 2025	9.946	3.627	17.321	52	32.943	24.206	1.000	89.095

(i) A Companhia concluiu a aquisição das empresas "Asinara" e "Megapar", que possuem em seu patrimônio somente frações do terreno onde fica localizada a filial de Passos - MG, dado a concentração de patrimônio e a intenção de uso, a Companhia transferiu o saldo para a rubrica de imobilizado. As empresas serão incorporadas no primeiro semestre do exercício de 2025.

b) Composição avaliação patrimonial

Avaliação patrimonial	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	995	6.117	2.880	9.992
Saldo em 31 de dezembro de 2025	995	6.117	2.880	9.992

Depreciação avaliação patrimonial	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(2.810)	(2.880)	(5.690)
(+) Adições		(155)	-	(155)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(2.965)	(2.880)	(5.845)
(+) Adições	-	(186)	-	(186)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(3.151)	(2.880)	(6.031)

Saldo líquido	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Total
31 de dezembro de 2024	995	3.152	-	4.147
31 de dezembro de 2025	995	2.966	-	3.961

Saldo líquido total imobilizado	Total
31 de dezembro de 2024	97.462
31 de dezembro de 2025	93.056

12. Fornecedores

a) Composição

Descrição	2025	2024
Fornecedores combustíveis	557	9.785
Fornecedores fretes	329	447
Fornecedores diversos	1.619	5.856
Fornecedores ativos fixos	-	700
Total	2.505	16.788

13. Empréstimos e financiamentos

a) Práticas contábeis

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

Descrição	Modalidade	Taxa juros	2025	2024
Banco do Brasil (i)	CDC	10% a.a.	14.099	16.239
Banco Mercedes (i)	CDC	14,01% a.a.	-	134
Banco VW (i)	Financiamento	17,74% a.a.	916	1.528
Real Cred (ii) - Parte relacionada	FIDC	1,55% a.m.	-	73.105
FI Real Cred (iii) - Parte relacionada	Notas comerciais	1,50% a.m.	42.893	8.915
FI Esmeralda (iii) - Parte relacionada	Notas comerciais	1,50% a.m.	25.905	15.633
FI Chobai (iii) - Parte relacionada	Notas comerciais	1,50% a.m.	10.933	10.902
FI Heron (iii)	Notas comerciais	1,50% a.m.	7.662	2.841
Total			102.408	129.297
Circulante			46.456	89.049
Não Circulante			55.952	40.248

- (i) Demais movimentações - para o exercício de 2025 foram captados diversos empréstimos para investimentos na compra de novos caminhões devido alta demanda da comercialização de combustível. Adicionalmente para os empréstimos de capital de giro não houve novas captações, somente o provisionamento dos juros a incorrer devido a alta das taxas indexadas ao longo do exercício.
- (ii) Real Cred Fundo Investimentos - FIDC - os valores a pagar em 31/12/2024 foram adquiridos pelo Fundo de direitos creditórios Real Cred Fundo Investimentos. A taxa de desconto praticada pelo fundo é de em média 1,30% ao mês a contar da data de emissão até a data de vencimento da duplicata, na data de fechamento havia R\$ 58.122 milhões em duplicatas vencidas e não recompradas que foram sendo liquidadas no exercício de 2025. Adicionalmente parte dessa realização uma parte foi para aumento de capital no valor de R\$ 44.231.
- (iii) Carta comercial - registrado a 1a emissão de notas comerciais no valor de R\$20.000 milhões com vencimento em 26/12/2027 e juros de 1,5% ao mês. Adicionalmente fora registrado a 2a emissão de notas comerciais no valor de R\$30.000 milhões com vencimento em 30/12/2026.

Aging	2025	2024
2024	-	83.459
2025	12.112	17.209
2026	34.344	12.051

2027	22.507	11.702
2028	20.140	4.876
2029 +	13.304	-
Total	102.408	129.297

14. Adiantamentos de clientes

Composição adiantamentos passivos

Descrição	2025	2024
Adiantamento de clientes (i)	13.992	16.659
Total	13.992	16.659

Circulante	1.298	3.965
Não circulante	12.694	12.694

(i) Boa parte dos adiantamentos referem-se a adiantamentos realizados pela empresa Biopetróleo que foram repassados ao fornecedor Petrozil com o intuito de fornecer combustível. O papel da Companhia na operação foi de armazenagem de combustível. No entanto por motivos operacionais o fornecedor não cumpriu a sua parte no acordo, e a empresa Biopetróleo abriu uma ação Judicial contra a Rede Sol. Os casos estão com os assessores jurídicos os quais alegam que a perda do processo é considerada remota, visto que a Rede Sol não possui nenhuma obrigação no fornecimento do combustível e sim como armazenadora. No entanto a realização da parte ativa envolvendo a operação depende do desfecho do processo, sendo assim até a conclusão do processo o saldo ativo seguirá provisionado.

15. Obrigações tributárias

a) Composição

Descrição	2025	2024
PIS a recolher	-	14
Cofins a recolher	-	66
ICMS a recolher	119	348
IRRF a recolher	190	190
IRPJ e CSSL a recolher	107	-
Outros impostos a recolher	36	29
Total	452	647

16. Parcelamentos tributários

a) Composição

Descrição	2025	2024
Parcelamento Pert 1326419 (i)	495	566
Parcelamento ANP	6	10
Parcelamento IOF (ii)	371	407
DVA Parcelamento SC (iii)	11	22
ICMS AIIM 4.052.054.7 (iv)	513	1.203
Total	1.395	2.208

Circulante	984	871
Não circulante	411	1.337

(i) Os parcelamentos do imposto de renda e contribuição social, referentes aos períodos base de 2010 e 2011 foram formalizados durante o exercício de 2017, através do programa denominado PERT - Programa de Regularização Tributária, cujos prazos de pagamento foram determinados em 150 meses.

(ii) O parcelamento do IOF referente a Contratos de Mútuos foi formalizado durante o exercício de 2017, através do programa denominado PERT - Programa de Regularização Tributária, cujos prazos de pagamento foram determinados em 150 meses.

(iii) O parcelamento DVA referente multa ambiental, foram formalizados durante o exercício de 2018, junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, cujos prazos de pagamento foram determinados em 60 meses.

(iv) Parcelamento referente a contestação do recolhimento de ICMS no estado de São Paulo o qual estava em processo administrativo. Adicionalmente a Companhia sofreu uma decisão desfavorável do processo assim havendo a necessidade de provisionar os valores a pagar.

17. Obrigações trabalhistas

a) Composição

Descrição	2025	2024
FGTS a recolher	75	109
INSS a recolher	153	415
Provisão de férias	1.570	1.353
Total	1.798	1.877

18. Outras contas a pagar

a) Composição

Descrição	2025	2024
CBIOs (i)	-	3.220
Outros	-	-
Total	-	3.220

(i) A Companhia possui uma liminar referente a não aposentadoria das metas de 2022 e 2023, pois a Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os valores não refletem o propósito das CBIOs, pois o mesmo deveria ser cobrado nas refinarias e não nas distribuidoras. O saldo está provisionado pelo valor de mercado das CBIOs referentes as metas de 2022 e 2023. Adicionalmente a administração resolveu realizar o pagamento integral dos CBIOs no exercício de 2025 referente as metas de 2022 e 2023. Tais provisões foram baixadas contra a conta de resultado.

19. Impostos diferidos

a) Composição ativo

Descrição	Ajuste valor recuperável	IRPJ (25%)	CSSL (9%)	Total
PCLD Nota Explicativa nº 8	11.757	2.939	1.058	3.997
Saldo 2024 e 2025	-	2.939	1.058	3.997

b) Composição passivo

Descrição	Avaliação patrimonial	IRPJ (25%)	CSSL (9%)	Total
Depreciação do exercício	(155)	(39)	(14)	(53)
Saldo 31 de dezembro de 2024	4.147	1.029	365	1.394
Depreciação do exercício	(186)	(47)	(16)	(63)
Saldo 31 de dezembro de 2025	3.961	983	348	1.331

20. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 61.361, está composto por 61.360.765 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

A Companhia poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social, mediante a emissão de ações ordinárias.

No dia 28/03/2025 através da 25ª Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de 44.231.448 novas ações ordinárias nominativas, ao preço de R\$ 1,00 por ação, totalizando R\$ 44.231.448,00, integralizadas por meio de cessão de direitos creditórios pelo acionista Paraibuna Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Assim foi Aprovação da alteração do artigo 6º do Estatuto Social, para refletir o novo valor do capital social, que passou a ser de R\$ 105.592.213,00, dividido em 105.592.213 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizadas.

b) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente em 2024 devido a Companhia ter apresentado prejuízo, o valor de reserva legal fora revertido parcialmente.

No exercício de 2025 parte do valor de R\$742 foi absorvido para liquidar os saldos de adiantamentos de dividendos.

c) Avaliação patrimonial

Constituídas em decorrência de avaliações de bens do ativo imobilizado e realizadas por depreciação, baixa e quando aplicável, pela constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens avaliados, contra lucros acumulados.

Descrição	2025	2024
Custo avaliação patrimonial	9.992	9.992
Depreciação acumulada	(6.032)	(5.921)
Impostos diferidos passivo	(1.330)	(1.393)
Total	2.630	2.678

21. Receita operacional líquida

a) Composição

Descrição	2025	2024
Gasolina	438.154	581.564
Diesel/biodiesel	527.282	556.002
Etanol hidratado	18.902	14.380
Aviação - GAV/QAV	136.576	138.456
Diesel Marítimo	74.633	140.327
Prestação de serviços (i)	34.936	23.181
(-) Devolução de vendas	(18.971)	(9.240)
(-) PIS E Cofins	(7.131)	(9.467)
(-) ICMS/ICMS ST	(15.743)	(12.909)
(-) Deduções sobre serviços	(23.337)	(6.497)
Total	1.165.301	1.415.797

(i) Serviços referente a fretes e serviços de armazenagem em bases próprias da Companhia. Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a comercialização de combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da Petrobras e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

22. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

a) Composição

Descrição	2025	2024
Gasolina	(409.026)	(548.429)
Diesel/biodiesel	(500.222)	(518.005)
Etanol hidratado	(16.600)	(12.105)
Aviação - GAV/QAV	(108.748)	(100.442)
Diesel Marítimo	(45.853)	(132.254)
(+/-) Ganho ou (perda) de estoques	4.935	10.518
Ressarcimento ICMS Custo	22.009	-
Total	(1.053.505)	(1.300.717)

23. Despesas operacionais

a) Composição

Descrição	2025	2024
Aluguéis	(1.183)	(492)
Armazenagem	(5.048)	(6.839)
Combustíveis uso interno	(14.322)	(15.426)
Comissões	(646)	(706)
Custas processuais	(612)	(448)
Depreciação	(10.880)	(10.317)
Folha de pagamento	(25.478)	(23.758)
Fretes	(5.588)	(14.274)
Impostos, taxas e licenças	(529)	(2.391)
Manutenção e conservação	(1.614)	(3.106)
Pedágios	(4.162)	(4.348)
Propaganda	(444)	(224)
Seguros	(291)	(410)
Serviços prestados	(3.495)	(7.464)
Vigilância	(979)	(1.165)
Outros gastos	(15.389)	(10.378)
Total	(90.660)	(101.747)

24. Outras receitas e despesas operacionais

a) Composição

Descrição	2025	2024
Recuperação de despesas (i)	10.996	19.648
Receita na alienação	3.051	2.099
Custo das baixas	(2.041)	(1651)
Gastos com CBIO	(6.964)	(4.329)
Perdas	-	(130)
PECLD	-	(715)
Total	5.041	15.012

(i) Para 31/12/2025 os valores de recuperação de despesas referem-se a i) Levantamento do crédito de PIS e COFINS sobre insumos sendo levantados internamente pela Rede Sol com o auxílio dos escritórios de advocacia conforme documentação devidamente formalizada, ii) Pagamento inicial da Copape para a devolução dos estoques que foram perdidos. Tal caso está sendo discutido judicialmente, iii) Valor referente ao crédito de ICMS-ST no processo administrativo nº 071.00016193/2023-91 (nº anterior SFP-EXP-2020/115345) no valor de R\$ 704.203,62, iv) Reversão da PCLD devido a mudança drástica de metodologia

para a provisão o qual define saldos das quais é aliado mensalmente pela controladoria e financeiro para os casos em que as expectativas de recebimentos são muito baixa e v) Diversos valores recebidos de reembolsos de fornecedores bem como ajustes de passivos junto a transportadora o qual não foi apresentado os canhotos de entregas e assim tais valores Não serão pagos conforme normas internas administrativas.

25. Resultado financeiro

a) Composição

Descrição	2025	2024
Descontos obtidos e juros ativos	1.318	1.837
Rendimentos de aplicação financeiras	161	217
(-) Juros	(5.775)	(17.531)
(-) Outras despesas financeiras (i)	(16.578)	(15.239)
Total	(20.874)	(30.716)

(i) Em 31 de dezembro de 2025, para demais despesas financeiras os valores são compostos basicamente pelos juros dos empréstimos de notas comerciais no valor de R\$15.066, ii) Juros de empréstimos bancários de R\$2.964, e iii) descontos concedidos no valor de R\$1.855. Cabe mencionar que ao efetuar as análises dos juros praticados com os fundos x juros cobrados pelos bancos na data base 31/12/2025 foi apresentado que os bancos de primeira linha cobram 2,06% a.m. para capital de giro para PJ enquanto os fundos estão cobrando uma taxa de juros de 1,80% a.m.

26. Impostos sobre a renda

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Descrição	2025	2024
Lucro líquido antes dos impostos	5.303	(2.371)
IRPJ e CSSL (% nominal 34%)	1.803	(806)
Ajustes da alíquota efetiva		
(+) Adições	104	3.661
(-) Exclusões	(305)	(359)
(-) PAT	(7)	(17)
(-) Adicional	(39)	-
IRPJ e CSSL	(1.556)	(2.479)
Alíquota efetiva	(29%)	(105%)

27. Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

a) Depósitos Judiciais

A Companhia mantém R\$ 2.873 (R\$ 2.623 em 31 de dezembro de 2024) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais. Adicionalmente em 2025 a Administração através dos seus assessores jurídicos solicitou o resgate dos depósitos judiciais referente ao CBIOS no valor de R\$ 2.734, visto que foram realizadas as compras das cotas de CBIOS em sua integridade sobre as metas de 2022 e 2023.

b) Processos ativos

A Companhia através de seus assessores jurídicos possui diversos processos em que se encontra como polo ativo. Os processos estão substancialmente representados por cobranças judiciais na esfera civil.

c) Processos não provisionados (perdas possíveis)

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, participa de diversos processos em que se encontra como polo passivo, sendo ela com nenhuma perda provável apresentada. Os processos estão substancialmente representados pelas esferas cíveis, trabalhistas e tributárias. Em 31 de dezembro de 2025 os processos passivos, cujo risco de perda é possível e montam R\$ 43.840 (R\$ 47.065 em 2024). Os principais processos são:

ESFERA	STATUS	RESUMO	VALOR ATUAL
Tributária Administrativa	Exigibilidade suspensa	Auto de infração ICMS referente a jan-mar/2010. Defesa administrativa esgotada, com exigibilidade suspensa por tutela judicial.	1.813
Tributária Administrativa	Exigibilidade suspensa	Auto de infração ICMS referente a mar-dez/2010. Discussão vinculada à ADI 4171 e Tema 694 STF.	4.729
Tributária Administrativa	Exigibilidade suspensa	Auto de infração ICMS referente ao exercício de 2011. Discussão atrelada à ADI 4171 e Tema 694 STF.	4.496
Tributária Administrativa	Exigibilidade suspensa	Auto de infração ICMS referente aos exercícios de 2012 a 2014, com exigibilidade suspensa por tutela judicial.	14.960
Administrativa (ANP)	Recursal (aguardando decisão colegiada)	Processo administrativo sancionador por suposto descumprimento da meta compulsória de aquisição/aposentadoria de CBIOs (RenovaBio) referente a 2022. Decisão administrativa julgou subsistente o AI e aplicou multa calculada com base em 46.512 CBIOs (cotação média mensal máxima de 2022), estando o caso em fase recursal.	7.888
Cível (TJMG)	Especificação de provas	Ação de indenização decorrente de acidente de trânsito.	3
Cível (TJSC)	Aguardando decisão judicial	Ação de sustação de protesto e discussão de títulos de crédito.	15
CÍVEL	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	71
CÍVEL	ARQUIVADO	EMBARGOS À EXECUÇÃO	1
CÍVEL	JULGADO	EMBARGOS À EXECUÇÃO	408
CÍVEL	EMBARGOS À EXECUÇÃO	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	360
CÍVEL	AGUARDANDO CITAÇÃO	AÇÃO DE USUCAPIÃO	110
CÍVEL	ACORDO/SUSPENSO	EMBARGOS À EXECUÇÃO	497
CÍVEL	EXECUÇÃO DE SENTENÇA	AÇÃO DE COBRANÇA	180
TRABALHISTA	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	232
TRABALHISTA	RECURSO ORDINÁRIO	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	248
TRABALHISTA	FASE RECURSAL	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	573
TRABALHISTA	AGUARDANDO JULGAMENTO	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	1.164
TRABALHISTA	FASE RECURSAL	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	1.001
TRABALHISTA	FASE RECURSAL	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	165
TRABALHISTA	FASE RECURSAL	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	204
TRABALHISTA	FASE RECURSAL	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	178
TRABALHISTA	RO - RECURSO ORDINÁRIO	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	243
CÍVEL	INSTRUÇÃO - PRODUÇÃO DE PROVAS	EMBARGOS DE TERCEIRO	10
CÍVEL	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	309
TRABALHISTA	RECURSO ORDINÁRIO	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	352
TRABALHISTA	INSTRUÇÃO - PRODUÇÃO DE PROVAS	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	98
TRABALHISTA	FASE INICIAL	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	731
CÍVEL	FASE DE CONHECIMENTO	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	65
TRABALHISTA	FASE RECURSAL	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	276
CÍVEL	ACORDO/SUSPENSO	DAÇÃO EM PAGAMENTO	221
TRABALHISTA	AGUARDANDO JULGAMENTO	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	199
CRIMINAL	INQUÉRITO POLICIAL	INQUÉRITO POLICIAL	1
TRABALHISTA	INSTRUÇÃO - PRODUÇÃO DE PROVAS	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	165
TRABALHISTA	INSTRUÇÃO - PRODUÇÃO DE PROVAS	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	124
TRABALHISTA	INSTRUÇÃO - PRODUÇÃO DE PROVAS	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	143
CÍVEL	FASE INICIAL	SUSTAÇÃO DE PROTESTO	15
TRABALHISTA	INSTRUÇÃO - PRODUÇÃO DE PROVAS	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	450
TRABALHISTA	INSTRUÇÃO - PRODUÇÃO DE PROVAS	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	168
TRABALHISTA	INSTRUÇÃO - PRODUÇÃO DE PROVAS	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	137
TRABALHISTA	FASE INICIAL	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	109
TRABALHISTA	INSTRUÇÃO - PRODUÇÃO DE PROVAS	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	460
TRABALHISTA	FASE INICIAL	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	269

43.840

d) Operação Carbono oculto

Procedimento Investigatório – Operação denominada “Carbono Oculto”

No exercício findo em **31 de dezembro de 2025**, a Companhia foi mencionada em procedimento investigatório conduzido por autoridades competentes no âmbito da denominada **Operação “Carbono Oculto”**, o qual tramita sob **segredo de justiça**.

Desde o início das apurações, a Rede Sol, assessorada por sua **equipe jurídica interna** e por **três escritórios de advocacia de reconhecido renome nacional**, apresentou manifestações técnicas detalhadas, acompanhadas de ampla documentação comprobatória, com o objetivo de esclarecer sua atuação e demonstrar a regularidade de suas operações.

Principais Esclarecimentos Prestados (em caráter geral)

Sem prejuízo do sigilo processual, as informações apresentadas às autoridades demonstraram, de forma consistente, entre outros aspectos relevantes:

- que todas as **operações comerciais da Companhia possuem lastro econômico real**, compatível com sua atividade de distribuição de combustíveis, estando suportadas por contratos, documentos fiscais e registros operacionais válidos;
- que os **fluxos financeiros são integralmente rastreáveis**, realizados por meio do sistema financeiro oficial, com registros completos na contabilidade da Companhia e refletidos em demonstrações financeiras submetidas à auditoria independente;
- que inexistem **ocultação de patrimônio, dissimulação de titularidade, simulação de negócios jurídicos ou circularidade artificial de recursos**, tendo sido demonstrada a compatibilidade entre movimentações financeiras, operações comerciais e registros contábeis;
- que eventuais relações mencionadas no procedimento investigatório decorrem de **vínculos estritamente comerciais e contratuais**, típicos do setor de combustíveis, não havendo participação societária, ingerência administrativa, controle direto ou indireto, comunhão de interesses ou benefício econômico indevido envolvendo a Companhia;
- que a Rede Sol mantém **regularidade fiscal plena**, sendo adimplente com suas obrigações tributárias federais, estaduais e municipais, não adotando práticas de inadimplência tributária como modelo de negócio, tampouco se enquadrando na figura de “devedor contumaz”;
- que a Companhia dispõe de **estrutura robusta de governança corporativa, controles internos e compliance**, com políticas formais, segregação de funções, monitoramento contínuo de riscos, auditoria independente e aderência às normas regulatórias aplicáveis, em especial às exigências da **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**.

Avaliação Contábil da Administração

Com base na avaliação jurídica atual, no estágio do procedimento e no conjunto probatório apresentado, a Administração entende que **não se caracteriza, na data-base das demonstrações financeiras**, qualquer **obrigação presente, legal ou não formalizada**, que resulte de eventos passados e que possa gerar saída provável de recursos econômicos.

Dessa forma, nos termos do **CPC 25**, a Administração concluiu que **não é necessária a constituição de provisão** relacionada a esse procedimento nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma vez que não se verifica probabilidade de perda mensurável de forma confiável.

Acompanhamento e Divulgação Futura

A Companhia continuará acompanhando a evolução do referido procedimento de forma diligente. Caso ocorram **novos fatos ou decisões** que alterem a avaliação atual de risco ou a probabilidade de perda, a Administração procederá ao reconhecimento, mensuração ou divulgação adicional que se fizer necessária, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

28. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal responsável os administradores, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros.

a) Gerenciamento de risco cambial

A Companhia está exposta pelas variações cambiais que podem impactar de forma significativa a formação dos preços dos produtos comercializados. As oscilações do câmbio são acompanhadas diariamente pela diretoria executiva o qual efetua as previsões de compras para refletir no preço de vendas.

b) Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia, atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

c) Gerenciamento de risco de preços

Atualmente a política de preços da Rede Sol para diesel e gasolina, além de levar em consideração fatores como sua capacidade de compra, tem como objetivo alinhar os preços de derivados de petróleo com o mercado internacional. Com isso, o preço do combustível no mercado interno tem sofrido alterações para acompanhar esse movimento.

d) Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam: **(a)** do fluxo de caixa gerado por suas operações; **(b)** do saldo de caixa e aplicações financeiras; e **(c)** de eventuais empréstimos e financiamentos.

A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

e) Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

f) Gestão do capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas.

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta uma estimativa dos possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido, caso ocorressem mudanças na variável de risco relevante razoavelmente possíveis naquela data.

-----X-----